

Encargos menores com a dívida

- 6 FEVEREIRO 1986

O Brasil economizará cerca de US\$ 350 milhões este ano, com a substituição da **prime-rate** pela **libor**, eliminação dos **flat fee** (taxa de serviço) e redução do **spread** (taxa de risco), nos contratos da renegociação a curto prazo da dívida externa que estão sendo realizados em Nova York, informou ontem o chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Paulo Nogueira Batista Júnior.

A **prime-rate**, taxa de juros preferencial de Nova York, é sempre mais elevada que a **libor**, taxa do mercado londrino. A **flat fee** alcançou 1,5% em 1983 e 1% nas negociações da dívida brasileira em 1984. E o **spread**, de 2% nos contratos passados, deverá declinar, segundo a expectativa do governo.

Paulo Nogueira assinala que a renegociação brasileira, de curto prazo, traz um elemento inovador, que é o fechamento de um contrato diretamente com os bancos credores, sem a necessidade do entendimento formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por outro lado, a ausência da cláusula

ESTADO DE SÃO PAULO

de contingenciamento, pela qual o Brasil estaria protegido em caso de elevação das taxas de juros internacionais ou queda das exportações, não é tida como fundamental por Nogueira Batista, porque a renegociação em andamento é de curto prazo.

NOVO PERFIL

A estruturação de um novo perfil de política econômica, o atrelamento do pique inflacionário de maio aos dissídios trabalhistas, os efeitos do pacote fiscal no mercado financeiro e o esgotamento do modelo gradualista são alguns dos temas abordados pela Carta de Conjuntura "Economia em Perspectiva", divulgada ontem pelo Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo.

A carta aponta conquistas como a não recessão, a recuperação salarial e a queda do desemprego e revela que o enfrentamento do FMI, a aprovação do pacote fiscal de dezembro e a recente mudança na conta-movimento entre Banco do Brasil e Banco Central demonstram que "estamos diante de um

penoso movimento de transformação na gestão das contas públicas". O professor José Carlos Braga, do Conselho Editorial, afirma que todas essas medidas colocam o déficit público no limite.

Entretanto, lembra que o problema fundamental — o combate à inflação — ainda precisa ser enfrentado através da formação de preços agrícolas e industriais e da definição "urgente" do pacto social. Com relação ao desempenho inflacionário dos próximos meses, os economistas concordam: "Teremos um período de calmaria, em torno dos 13%, mesmo porque os 16,2% de janeiro foram atípicos (estiagem, ampliação do período de coleta, euforia de fim de ano, mudança de índice). Mas, em maio, haverá um repique inflacionário, caso o governo esteja despreparado para enfrentar as reivindicações trabalhistas. Entretanto, se conseguir tornar explícitas suas contas e implementar seus programas, há uma grande possibilidade de que a inflação se estabilize no novo patamar de 300% ao ano", diz Carlos Alberto Longo.